

**RCD no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.480.873 - SP
(2019/0107128-9)**

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
REQUERENTE : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
ADVOGADOS : MARIA EDUARDA FERREIRA R DO VALLE GARCIA E OUTRO(S) -
SP049457
MICHELLI MONZILLO PEPINELI - SP223148
REQUERIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : PAULO ANDRÉ LOPES PONTES CALDAS E OUTRO(S) - SP300921
INTERES. : ANTONIO CARLOS MICHELETTO
INTERES. : ANTONIA DE OLIVEIRA ZANFELICE
INTERES. : IVONE APARECIDA FRANCISCA DE PAULA CAMARGO
INTERES. : JOSE MANOEL DE SAL
INTERES. : LAZARA PEDROSO FONSECA
INTERES. : MARLENE MACHADO RUIZ
INTERES. : MARIA DE LURDES JANGARELI FRANCISCO
INTERES. : MARIA EDITH CORSSO IROLDI
INTERES. : THEREZINHA MARTINS PEREIRA
INTERES. : TEREZINHA SERAFIM DE ALMEIDA SOARES
ADVOGADOS : CAROLINA FUSSI - SP238966
ANDRÉ LUÍS FROLDI E OUTRO(S) - SP273464
ERMINDO MANIQUE BARRETO FILHO - SP229441

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO COLEGIADA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE ACÓRDÃO. DESCABIMENTO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. ERRO GROSSEIRO. PRECEDENTES DO STJ. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NÃO CONHECIDO.

I. Pedido de Reconsideração formulado em face de acórdão prolatado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, em sede de Agravo interno, publicado na vigência do CPC/2015.

II. No que tange ao Pedido de Reconsideração contra decisão monocrática, apesar de não possuir previsão normativa – seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente –, tem sido admitida, pelo Superior Tribunal de Justiça, a sua conversão em Agravo Regimental ou interno, desde que não tenha sido utilizado com má-fé, não decorra de erro grosseiro e tenha sido apresentado dentro do prazo legal.

III. Entretanto, no caso dos autos, deve ser afastada tal possibilidade, porquanto "não é cabível pedido de reconsideração contra acórdão, por ausência de previsão legal ou regimental" (STJ, RCD nos EDcl no AgRg nos EAREsp 372.057/RN, Rel. Ministro

HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe de 18/02/2015), caracterizando erro grosseiro. Em igual sentido: STJ, RCD no AgInt no AREsp 1.033.514/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01/06/2018; AgInt no AgInt no AREsp 918.299/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/02/2017; RCD nos EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.534.294/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/02/2016; RCD no AgRg no AREsp 793.019/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 05/04/2016; RCD no AgRg no AREsp 824.774/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 29/03/2016; RCDESP no AgRg no REsp 1.297.627/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/08/2012.

IV. Pedido de Reconsideração não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido de reconsideração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora